

# Estratégia Nacional para a Economia Social

No seguimento da Consulta Pública sobre a Estratégia Nacional para a Economia Social, promovido pela CASES, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, a Fundação Mendes Gonçalves (FMG) apresentou os seus contributos na plataforma online criada para o efeito e que aqui reproduzimos.

A FMG nasce do compromisso da Casa Mendes Gonçalves e do seu fundador, Carlos Mendes Gonçalves, de “cuidar do presente e contribuir para a construção de um futuro promissor e para um Mundo mais sustentável e com mais oportunidades para todas as pessoas”.

Sabemos, por isso, que construir um futuro equitativo, saudável, sustentável e com bem-estar para todos implica uma ação colaborativa essencial: Cuidar. Cuidamos das pessoas e dos ecossistemas. Do que nasce, cresce e se regenera. Cuidar é um verbo do presente e do futuro.

Queremos plantar, na nossa terra – a Golegã, sementes de mudança e possibilidade que se transformem em raízes de novas formas de educar, nutrir e regenerar. Da Golegã para o Mundo. É este o nosso legado, pelo futuro de todos. As nossas principais linhas de ação são:

**Educar.** Cuidar, através de uma educação de qualidade, para que todas as crianças tenham oportunidades equitativas de crescer, aprender e florescer.

**Nutrir.** Cuidar, através de uma nutrição saudável e segurança alimentar, para que todas as pessoas possam adotar estilos de vida saudáveis e sintam bem-estar.

**Regenerar.** Cuidar, através da regeneração dos solos e da biodiversidade, para que o planeta e as comunidades tenham um futuro melhor.

É partindo deste enquadramento e de acordo com artigo 2º dos Estatutos da FMG que deixámos os nossos contributos respondendo às questões que foram colocadas em formulário online e que aqui deixamos reproduzidos.

## BREVE EXPLICAÇÃO

Este questionário insere-se no âmbito do projeto multinacional «Apoiar o desenvolvimento da economia social como motor de crescimento», promovido pela Comissão Europeia (Reform and Investment Task Force - SG REFORM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e a Direção-Geral da Segurança Social (DGSS).

O projeto, lançado em junho de 2025, tem como objetivo apoiar Portugal (juntamente com Croácia, França, Grécia e Valónia - Bélgica) no reforço das condições estruturais que assegurem o desenvolvimento da economia social, através de uma abordagem colaborativa e baseada em dados concretos.

Em Portugal, o foco do projeto passa pela identificação, de forma participada e baseada em evidência, de prioridades estratégicas, mecanismos de monitorização e avaliação, instrumentos de consulta e um plano de comunicação que reforce o papel da economia social no desenvolvimento sustentável e inclusivo.

### **Quais são, na sua perspetiva, os principais desafios que se colocam atualmente ao sector da economia social em Portugal?**

De acordo com a Resolução do Parlamento Europeu [2008/2250 (INI)], de 19 de Fevereiro de 2009, refere-se a Economia Social da seguinte forma: «ao aliar rentabilidade e solidariedade, desempenha um papel essencial na economia europeia, criando empregos de elevada qualidade, reforçando a coesão social, económica e regional, gerando capital social, promovendo a cidadania ativa, a solidariedade e um tipo de economia com valores democráticos que põe as pessoas em primeiro lugar, para além de apoiar o desenvolvimento sustentável e a inovação social, ambiental e tecnológica».

Em Portugal, e fruto das alterações sofridas no tecido social nos últimos anos, houve necessidade de um alargamento do raio de ação da economia social, por via das novas necessidades sentidas. Estas são mais visíveis ao nível do envelhecimento da população, da pressão do peso da habitação sobre a qualidade de vida das famílias, das assimetrias geográficas.

Surge assim, a necessidade de alavancar o papel da economia social em especial no interior do país, onde os desafios demográficos e económicos se têm intensificado. A concentração populacional e de investimento nas áreas metropolitanas tem acentuado o despovoamento e a fragilidade económica das zonas rurais, tornando essencial reforçar a presença e a capacidade das organizações da economia social nesses territórios. O fortalecimento destas entidades no interior pode contribuir para revitalizar as comunidades locais, criar emprego sustentável e promover a coesão territorial, assegurando que o desenvolvimento do país decorre de forma mais equilibrada e inclusiva.

Além destes desafios, é igualmente importante reconhecer o papel da economia social na transição ecológica e alimentar justa, posicionando o setor como um agente de mudança para modelos de produção e consumo mais sustentáveis. As organizações locais assumem um papel fundamental na promoção de hábitos saudáveis e de educação alimentar, sobretudo em territórios com maiores vulnerabilidades sociais. Importa também considerar o desafio da digitalização, uma vez que muitas entidades ainda carecem de competências digitais básicas para comunicar, captar financiamento e avaliar impacto. Por fim, destaca-se a escassez de profissionais qualificados (e a falta de atratividade do setor sobretudo junto das gerações mais jovens) e a necessidade de um investimento contínuo em formação, capaz de fortalecer as competências técnicas e de gestão das organizações e de valorizar o capital humano do setor.

Afigura-se como determinante ainda que caminhemos no sentido de uma economia social mais centrada no empoderamento e no desenvolvimento das pessoas, comunidades e naquele que pode ser o seu verdadeiro contributo para as políticas públicas, no sentido em que possa contribuir para o seu desenho e avaliação, e não apenas para a sua execução e objetivos.

### **Quais são as necessidades mais prementes das entidades da economia social, que merecem ser abordadas na definição da estratégia nacional?**

De acordo com dados da Comissão Europeia Portugal é, no que à Economia Social diz respeito, um país moderadamente desenvolvido. Estima-se que o setor da Economia Social represente 5,9% no total do emprego em Portugal, estimando-se que cerca de 244 mil pessoas sejam trabalhadoras remuneradas, num universo de cerca de 74 mil entidades. (Conta Satélite da Economia Social 2023 – dados referentes a 2020).

Devido, também a este crescimento do peso da Economia Social na economia portuguesa, e dado o contexto social atual, surgem alguns desafios que deverão ser tidos em conta. Nesse sentido, o acesso ao financiamento é, sem dúvida, um dos principais desafios colocados ao setor da Economia Social em Portugal. A par deste, surgem outros como as desigualdades territoriais, e as crescentes modificações do tecido social nacional, nomeadamente o envelhecimento da população e a precariedade laboral que conduziu ao aparecimento de novas pessoas em situação de pobreza. Assim, o acesso ao financiamento, a resposta a questões ligadas à habitação, saúde e assimetrias regionais, surgem como os principais desafios/necessidades atuais deste setor em Portugal.

É ainda necessário promover modelos de apoio flexíveis e baseados na confiança, em que as instituições da economia social possam definir prioridades e gerir recursos mais estruturais e de médio e longo prazo, com maior autonomia e flexibilidade. Este tipo de abordagem, centrada nas comunidades e nas suas realidades, permite respostas mais eficazes e sustentáveis, especialmente em territórios do interior e em contextos de maior vulnerabilidade social.

É igualmente importante promover financiamento plurianual, que permita a planificação estratégica e assegure a continuidade das respostas. A transformação social e o impacto real exigem tempo, estabilidade e acompanhamento contínuo, não compatível, na maior parte das vezes, com a rigidez e curta duração dos modelos de financiamento disponíveis, que obrigam as organizações a uma gestão reativa e pouco sustentável, frequentemente mais focada na sobrevivência do que na inovação e crescimento.

Complementarmente, é importante investir em programas de capacitação técnica e especializada em áreas emergentes, como a sustentabilidade, nutrição comunitária, literacia alimentar e gestão de impacto, de forma a fortalecer as competências das organizações e dos seus profissionais. Torna-se igualmente relevante promover modelos colaborativos entre entidades públicas, privadas e fundações, capazes de responder às desigualdades territoriais e de criar redes locais de apoio e inovação social. Urge ainda garantir a existência de dados atualizados e acessíveis sobre o setor, através de sistemas de monitorização e de indicadores de impacto fiáveis, que permitam uma tomada de decisão informada e baseada em evidência. Por fim, deve reforçar-se a comunicação e visibilidade pública das boas práticas da economia social, valorizando o setor enquanto agente de inovação, coesão e desenvolvimento sustentável.

### **Em que áreas de atuação considera que o sector da economia social tem maior impacto positivo na atualidade? Em que áreas de atuação considera que a economia social tem maior potencial de desenvolvimento futuro?**

Na área social, nomeadamente no apoio a idosos, - à primeira infância, no apoio à habitação, à exclusão social promovida pelo desemprego. Paralelamente também na área da inovação social, promovendo o aparecimento de novas ideias, ferramentas e soluções que permitem à sociedade civil responder a alguns dos problemas mais prementes, de forma organizada (ex: plataformas que permitem a organização de serviços como levar refeições/compras a idosos, identificar necessidades dentro de habitações, redes de apoio a crianças no contexto escolar com organização de bolsas de explicadores etc.).

No futuro, a economia social tem um elevado potencial de desenvolvimento em áreas que promovam a transformação e o empoderamento das comunidades, através de ações de proximidade, co-criação e estabelecimento de parcerias locais. Existe uma oportunidade significativa para consolidar práticas baseadas em evidência e impacto, monitorizando e validando cientificamente intervenções sociais, bem como para expandir a literacia e o conhecimento, tornando-os acessíveis e multiplicáveis. Adicionalmente, a advocacia e comunicação estratégicas permitem influenciar políticas e práticas públicas, garantindo que soluções locais possam inspirar mudanças a nível nacional e internacional, alinhando-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e promovendo um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Importa destacar o papel crescente da economia social na promoção de ambientes saudáveis e sustentáveis para a infância, reforçando a ligação entre educação, bem-estar e nutrição. O setor pode assumir um papel de liderança na transição alimentar sustentável, promovendo práticas que integrem a economia circular, a redução do desperdício e a alimentação saudável como pilares de desenvolvimento comunitário. A economia social possui também um elevado potencial para atuar como ponte entre a inovação tecnológica e a inovação social, nomeadamente através de plataformas digitais que aumentem a proximidade e a eficiência das respostas locais. É igualmente essencial valorizar modelos educativos transformadores, que fomentem a cidadania, a consciência ambiental e o envolvimento das crianças e famílias na construção de comunidades mais resilientes. Por fim, deve reconhecer-se o contributo das fundações e parcerias intersetoriais enquanto agentes de experimentação e disseminação de boas práticas, capazes de potenciar a escalabilidade de soluções locais e o fortalecimento das redes de colaboração no setor.

Por último, destacamos a importância do financiamento e da filantropia estratégica, bem como o acompanhamento de ideias e projetos estratégicos centrados na resolução de desafios que se colocam às pessoas e sociedade.

### **Que outras áreas prioritárias considera serem relevantes para promover e fortalecer o sector da Economia Social?**

É fundamental reconhecer a economia social como parte integrante da economia nacional, e não como um setor isolado. O seu papel vai além da simples prestação de serviços, sendo chave para promover a coesão social, reduzir desigualdades territoriais e económicas e fomentar um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Integrar a economia social na formulação de políticas económicas e estratégias de desenvolvimento permite maximizar o seu impacto, valorizando o capital social, a inovação e a participação cidadã, e garantindo que os benefícios do crescimento económico se distribuam de forma mais equitativa em toda a sociedade. Paralelamente, a sociedade civil deve ser alertada para esta importância e desafiada a contribuir mais ativamente, reconhecendo que todos podem desempenhar um papel na construção de uma economia mais solidária e inclusiva.

Atratividade do setor, Financiamento (melhorar não apenas o acesso, mas também os modelos).

### **Que medidas concretas considera prioritárias para reforçar a capacitação das entidades da economia social?**

Formação, Comunicação / Marketing (sem ser assistencialista), Inovação Social, Acesso a crédito, valorização das profissões do terceiro setor .

Para reforçar a capacitação as entidades da economia social, é prioritário implementar programas de formação contínua e especializada, incluindo iniciativas que incentivem vocações. É também essencial melhorar o acesso a crédito e a instrumentos financeiros adaptados às necessidades do setor, bem como valorizar os profissionais da economia social por meio de melhores condições de trabalho, horários flexíveis, férias adicionais e outros benefícios que promovam a qualidade de vida. Paralelamente, é importante desenvolver uma narrativa que torne mais prestigioso e atrativo trabalhar na economia social, reforçando o reconhecimento do seu impacto positivo na sociedade e incentivando mais pessoas a ingressarem e permanecerem no setor.

Urge, igualmente, e em específico no setor filantrópico, ter um melhor acesso a instrumentos de promoção de doações, incluindo benefícios fiscais, bem como a criação de medidas que minimizem os obstáculos que se colocam à criação de fundações - particularmente de índole mais comunitário - e seu apoio ao desenvolvimento da sua missão.

## **Que mecanismos de coordenação e consulta entre os diversos atores (públicos, privados, sociedade civil) considera que deveriam ser criados ou reforçados?**

Para fortalecer a coordenação e a consulta entre os diversos atores da economia social é crucial criar mecanismos que promovam interação regular, partilha de informação e alinhamento de estratégias. Uma abordagem eficaz passa por utilizar uma instituição já existente e com provas dadas, como a Cooperativa António Sérgio (CASES) (ou outras que se possam associar), como pivot de ligação e facilitação entre todos os atores. A CASES, por exemplo, poderia atuar como plataforma de articulação, organizando fóruns de discussão, grupos de trabalho temáticos e mecanismos de acompanhamento de políticas, garantindo que a participação seja inclusiva, estruturada e orientada para resultados, reforçando a coesão do setor e a sua capacidade de impactar políticas públicas e práticas locais.

Para além destes mecanismos, é importante assegurar a existência de estruturas permanentes de diálogo inter-setorial, que garantam continuidade, acompanhamento e coerência nas decisões tomadas, evitando que as dinâmicas de coordenação se limitem a grupos de trabalho temporários. Essas estruturas devem promover uma articulação sólida entre os diferentes níveis de intervenção — local, regional e nacional — assegurando uma visão integrada do setor. É igualmente relevante integrar as universidades e centros de investigação como parceiros estratégicos na monitorização e produção de conhecimento, contribuindo para fundamentar políticas públicas e práticas do setor em evidência científica e em resultados mensuráveis de impacto social.

## **Quem considera que deve ser o público-alvo prioritário de um plano de comunicação para a economia social? E quais deveriam ser os seus principais objetivos?**

Atualmente, e no contexto socio-político que se vive em Portugal e em vários países da Europa, e do mundo sugerimos ser criada uma política de comunicação pelo menos a três níveis: destinada aos decisores político e líderes de opinião (quem cria e define políticas públicas, as co-financia e quem as pode difundir da forma mais acertada); ao nível empresarial (de forma a estabelecer novas parcerias, atrair valor, conhecimento e escala); num terceiro nível uma campanha que vise atrair valor e conhecimento no contexto universitário captando novo talento para uma área que deve ser afastada de uma leitura exclusivamente assistencialista e deslocá-la mais para a inovação. É igualmente essencial direcionar uma mensagem clara e acessível à população em geral, destacando a importância do setor social para a coesão e desenvolvimento da sociedade. A comunicação deve transmitir que trabalhar na economia social é prestigiante, gratificante e impacta diretamente a vida das pessoas, incentivando maior envolvimento da sociedade civil, valorizando as profissões do setor e promovendo uma perceção positiva e inspiradora do seu contributo para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Adicionalmente, seria relevante reforçar o papel dos meios de comunicação locais e regionais como parceiros estratégicos na divulgação de mensagens e boas práticas, garantindo que a comunicação sobre a economia social chegue de forma próxima e adaptada às realidades de cada território. Para além disso, a comunicação deve dar voz às histórias reais de impacto humano, mostrando o efeito concreto das iniciativas na vida das pessoas e comunidades. Esta abordagem humanizada e inspiradora permite aproximar o setor da população em geral, fortalecer a sua credibilidade e promover o sentimento de pertença e valorização da economia social como motor de transformação positiva.

## **Quais seriam os principais resultados esperados de uma estratégia para a economia social? Que indicadores mostrariam que a estratégia foi eficaz?**

Os principais resultados esperados de uma Estratégia para a economia social passam obrigatoriamente por uma maior inclusão Social e coesão, com políticas que promovam a melhoria das condições de vida, do acesso a bens e serviços essenciais para grupos e territórios mais vulneráveis, contribuindo, assim, para uma redução das

desigualdades sociais e da redução da taxa de pobreza.

A este objetivo central deverão estar sempre associados outros, como a qualificação e valorização das profissões ligadas à Economia Social, a promoção da Inovação, a criação de políticas e iniciativas que aproximem as comunidades locais e universitárias deste desígnio nacional e o encarem como parte fundamental de um sentimento de pertença comunitária.

Espera-se igualmente que uma estratégia para a economia social seja capaz de aproximar as políticas públicas e o seu foco e investimento da primeira infância, considerando o seu maior custo-efetividade, bem como o seu contributo para a promoção da equidade e da dignidade de todas as pessoas.

### **Indicadores de Eficácia da Estratégia:**

É fundamental que a estratégia defina um Sistema de Monitorização e Avaliação que permita recolher e analisar estes indicadores de forma periódica, garantindo a transparência e a capacidade de adaptação da estratégia.

## **INDICADORES A TER WM CONTA**

### **Indicadores de Impacto Social:**

- Redução da taxa de pobreza/exclusão social
- Índice de vulnerabilidade social das comunidades
- Melhoria da qualidade vida das pessoas beneficiadas por programas/ações

### **Indicadores de Emprego e Qualificação:**

- Variação do Número de Postos de Trabalho Criados no setor da Economia Social.
- Taxa de Inserção Profissional de pessoas apoiadas (p. ex., de desempregados de longa duração, de jovens, de pessoas com deficiência).
- Nível de Qualificação dos/das trabalhadores/as

### **Indicadores de Sustentabilidade e Gestão das Organizações:**

- Sustentabilidade Financeira das organizações
- Grau de Certificação de Qualidade ou de Boas Práticas das entidades.
- Grau de Cumprimento de Metas dos objetivos específicos dos programas
- Número de parcerias estabelecidas (nível local, regional, nacional, europeu e internacional)
- Métricas relativas ao reconhecimento e visibilidade do trabalho das entidades

### **Indicadores de Inovação e Valor Social:**

- Número de projetos de inovação social implementados
- Medida do valor social gerado por cada euro investido

Deverá ainda ser considerada a monitorização das parcerias intersetoriais ativas, avaliando a qualidade e continuidade da colaboração entre entidades públicas, privadas e comunitárias, como indicador relevante da eficácia da estratégia. Estas parcerias são determinantes para a inovação e para a criação de soluções integradas com impacto real nos territórios. Paralelamente, seria benéfico criar um repositório nacional de boas práticas e resultados, que funcione como uma plataforma de disseminação e aprendizagem contínua dentro do setor. Este instrumento permitiria partilhar experiências, metodologias e evidência científica, promovendo uma cultura de transparência, colaboração e melhoria constante nas organizações da economia social.

Golegã, outubro de 2025